



FERNANDO TOLEO

*Chefe de esquema criminoso, ex-presidente do Legislativo, hoje, cuida das contas do Estado*

## MP acusa conselheiro do TC de sumir com mais de R\$ 3,5 milhões da ALE



CONSELHEIRO DO CRIME

*“São inúmeros os depoimentos colhidos que atestam a tramitação atípica dos processos de pagamento”, diz ação*

*Ex-deputado Fernando Toledo usava pessoas carentes para desviar dinheiro público*

ENTREVISTA

*Sobre Moro, Renan Calheiros declara que ministro “juiz” é retrocesso institucional*

**Dá para enxergar três Bolsonaro, e com um deles é possível dialogar, diz senador**



FRAUDULENTA

*Empresa de iluminação pode fazer Rui Palmeira perder o cargo*

MACEIO

*Ação pede bloqueio de salários de comissionados da Câmara de Vereadores*

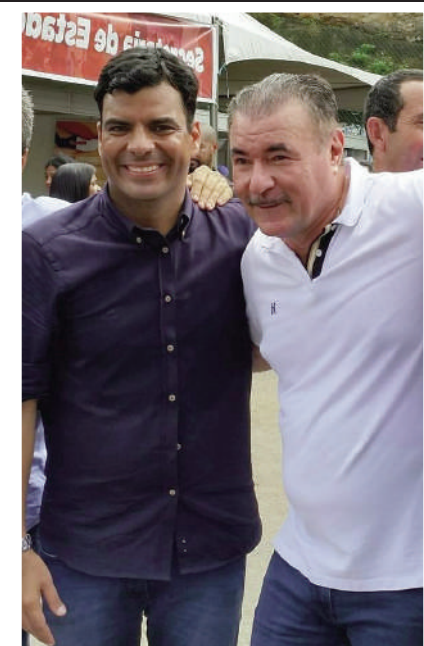
CÂMARA DE VEREADORES

*Ex-deputado caçado irá enfrentar Nery Almeida e Wellington Sena*

*Cícero Almeida terá adversários de peso nas próximas eleições*



Diretor de A Notícia, Wellington Sena. O jornalista sempre teve uma linha crítica contra o ex-prefeito de Maceió fazendo diversas denúncias em seu semanário



Polícia Federal encontrou no computador de Nery Almeida registros de eleitores

SHOWS DO CRIME

*Desvio de dinheiro acontece por meio de notas frias*

*Empresário já faturou R\$ 100 milhões em golpes com ajuda de prefeituras*

CARA DE PAU

*Construtora alagoana compelia clientes a constituir Associações de Investidores*

*Marroquim é condenada a pagar R\$ 4 milhões após calote em trabalhadores*



PASSADO OBSCURO

*Celso Deoclécio usou um menor de idade para praticar o delito*

*Conselheiro tutelar eleito para IV região já foi preso em flagrante por roubo*



ISSO A GAZETA NAO MOSTRA

*Senador teria usado laranjas para comprar imóveis. Valores do golpe chegariam a R\$ 6 milhões*

*Collor é suspeito de participar de esquema de lavagem de dinheiro*



DIÁRIOS DA PRESIDÊNCIA

*FHC também teceu críticas a Ciro Gomes, José Serra e Dilma Rousseff*

*“É um oportunista, um rapaz erigoso”, diz ex-presidente sobre Fernando Collor*



**CRÍTICA**

Para Renan Calheiros, “Moro tem uma formação intelectual fascista. Só isso justifica o que ele fez na eleição, na prisão do Lula, na condenação sem provas e na interferência no processo político”. “Ele começou o governo querendo legislar por decreto e nunca teve uma concepção clara da separação dos Poderes. Mandou para o Congresso um pacote anticrime que, ao invés de coibir, dá direito para matar. Traz salvaguardas que em nada vão ajudar na redução da criminalidade”, diz o senador: Renan afirma que quando Sergio Moro era juiz, na verdade era um “político enrustido, porque liderou um projeto de poder”.

**NOVOS ARES**

O deputado federal JHC deve ampliar as bases nos principais municípios de Alagoas. Um deles é o município de São Miguel dos Campos, que depois de Nivaldo Jatobá não tem nome expoente de liderança política. Nomes novos têm surgido, a exemplo dos empresários Chiquinho Seabra, do PSDB de Cunha, de Flávio Altec, do PSL de Bolsonaro e do professor e jornalista Tinho, do PSB de JHC.

**DELMIRO**

Em “Segredo de Justiça”, a denúncia do Ministério Público Estadual contra o prefeito de Delmiro Gouveia, Eraldo Joaquim Cordeiro, o Padre Eraldo, ‘vazou’ na imprensa. O processo, que tem mais de 190 páginas e pede a punição de 72 pessoas não poupa ninguém – literalmente. A julgar pelo que se ouve em Delmiro Gouveia, dois ex-secretários da gestão de Eraldo Cordeiro estariam de fato implicados na suposta fraude de licitação e desvio de recursos públicos.

**DESTINO INSÓLITO**

“São coisas do destino”, disse o senador e ex-presidente Fernando Collor (PROS-AL) quando questionado, em uma entrevista ao Valor publicada nesta sexta-feira, 11, se considera ser candidato novamente à Presidência. Mas parece que o destino do senador tem um empecilho: é que, também nesta sexta-feira, 11, foi deflagrada a Operação Arremate, da Polícia Federal, que tem como um dos alvos o ex-presidente. A suspeita é a de que Collor tenha usado leilões públicos como forma de lavar de dinheiro.

**MEIO AMBIENTE**

Identificadas pela primeira vez no início de setembro, as manchas de óleo já atingiram pelo menos 130 praias do Nordeste e 10 municípios de Alagoas com 13 locais afetados. Preocupados com esta situação os membros da comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa realizaram na quinta-feira, 10, uma reunião com representantes do Instituto do Meio Ambiente (IMA), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), do Instituto Biota de Conservação e do comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF). Participaram da reunião o presidente da Comissão de Meio Ambiente, deputado Davi Maia (DEM) e os deputados Breno Albuquerque (PRTB) e Inácio Lioila (PDT).

**PINHEIRO**

O relatório dos trabalhos feitos pela Comissão Especial de Investigação (CEI), que investigou as causas do afundamento nos bairros do Pinheiro, Mutange e Bebedouro, foi entregue pelo presidente da CEI, vereador Francisco Sales, na sexta-feira (11), aos deputados federais JHC, Marx Beltrão, Nivaldo Albuquerque e Tereza Nelma. O objetivo é unir a Câmara Federal e a Câmara de Vereadores de Maceió na busca de medidas reparadoras para as famílias atingidas.

**RETROCESSO**

A multa de 10% do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) deve acabar por meio de medida provisória que será publicada pelo governo nas próximas semanas. O valor é pago pelas empresas ao fundo nas demissões sem justa causa. A medida foi criada em 2001, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, para recompor o orçamento em razão de perdas de planos econômicos do governo Collor. Na época a lei determinou que todas as empresas, que demitiam sem justa causa, devem recolher 10% adicionais para o FGTS. Ou seja, além de pagar para o trabalhador a multa de 40% sobre o saldo do FGTS em caso de demissão sem justa causa (obrigação prevista na Constituição) as empresas passaram a ter que recolher mais 10%.

**CRISE**

A família Bolsonaro quer um partido próprio. E não faz segredo disso. Pode ser o PSL ou uma nova legenda. Em fevereiro deste ano, o filho 03 (Eduardo) revelou planos para criação de um novo partido. As críticas do presidente Jair Bolsonaro (PSL) ao seu partido, ‘vazadas’ nesta terça-feira revelaram uma disputa pelo comando da sigla. Segundo vários analistas, existe um movimento interno de descontentamento com o presidente da legenda, Luciano Bivar (PE).



**PALAVRAS DO EDITOR**

**PIADA!**

Parece não ter mais jeito. Alagoas, quando se trata de política, sempre é destaque nacional falando de corrupção. O senador Fernando Collor mais uma vez foi alvo, nesta semana, de operação da Polícia Federal.

O alagoano, que já deveria ter se acostumado com tanta bandidagem do ex-presidente, ainda se surpreende ao ver que Collor sempre quer mais dinheiro. A ganância é tanta que o senador

estaria usando nomes de laranjas para comprar imóveis, claro, de luxo.

Enquanto isso, centenas de trabalhadores da Organização Arnon de Mello estão sem receber seus direitos, como Fundo de Garantia, acerto de férias e mais. É vergonhoso ver onde chegou uma das famílias mais respeitadas de Alagoas. Collor coleciona crimes: lavagem de dinheiro, desvios de recursos públicos e por aí vai. E o que mais

impressiona é que sempre consegue se salvar nas urnas.

Compra de votos ou eleitor ingênuo? Talvez os dois. O trabalho de Collor mal aparece na mídia, apenas no próprio meio de comunicação com textos cheios de enfeites que destacam como o senador é um ótimo político. Uma balela! Collor é uma piada tediosa, repetitiva e muito sem graça. E, infelizmente, quem ainda conta essa piada é o eleitor alagoano.



Charge online com.br - © Copyright do autor



WADSON REGIS

**ARTIGO**

*Agora protagonista, Marcelo Victor comandará o Democratas*

Jogado na vida pública aos 25 anos, talvez apenas pelo tradicionalismo político praticado no Estado, que ainda mantém a cultura da troca de mandatos no ciclo familiar, quem apostaria que Marcelo Victor, um jovem desconhecido, eleito vereador por Maceió em 2004, seria protagonista na política de Alagoas, com os esforços próprios?

Desde que foi colocado na Câmara pelo avô/pai Gervásio Raimundo, então deputado estadual - com cadeira cativa na Assembleia Legislativa -, Marcelo Victor se mostrou determinado a contrariar interesses para chegar à presidência do Poder Legislativo. E não poderia ser mais triunfante que entrar pela porta da frente com uma vitória épica contra o bem avaliado governador Renan Filho.

Aos 40 anos de idade e quatro mandatos na Assembleia Legislativa, Marcelo Victor decidiu seguir avançando, porque sabe que não tem mais como crescer na ALE. De perfil frontal, é articulador nos bastidores e ostensivo nas ações. Com 15 anos na política tem convicção que pode mais.

É aí onde suas pequenas pernas (só em termo de estatura física) não podem chegar mais longe sem que haja o esforço de aliados. Cerebral, foi buscar num antigo parceiro de parlamento, com quem teve entraves naturais da vida pública, o apoio para seguir avançando. Com Arthur Lira, o líder do Centrão em Brasília, Marcelo conseguiu contato direto com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e ACM Neto, prefeito de Salvador e líder do

Democratas, o aval para comandar o partido no Estado. O processo de transição com José Thomaz Nonô não deve ser dos mais difíceis.

**INTERESSES DA ALIANÇA**

Marcelo sozinho comanda a ALE e colabora com algumas situações isoladas nos municípios.

Arthur sem Benedito no Senado é um líder nacional com facilidade para descarregar recursos para Alagoas.

O que eles podem? Mudar a rota do jogo

O que não devem? Errar na estratégia e 2020 é o primeiro teste.



LAURENTINO VEIGA

**ARTIGO**

**ASSOCIAÇÃO ALAGOANA DE IMPRENSA**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

A AAI, pelo presente Edital, neste ato representado por seu Presidente Interino, Laurentino Rocha da Veiga, vem convocar os sócios efetivos quites com a tesouraria, a comparecerem à Sede da AAI, situada no Edifício Brêda, Salas 325/327, 3º Andar - Centro, Maceió - Alagoas, no dia 30.10.2019, às 10:00 horas, em primeira convocação, com dois terços dos associados, às 10:30, em segunda convocação, com um terço e, finalmente, às 11:00 horas, em terceira convocação com os sócios que comparecerem, a fim de aprovar a venda das salas de números 325/327, pertencentes à AAI, com o propósito de saldar débito com o Condomínio do Ed. Brêda, IPTU, assim como, pendências trabalhistas da funcionária da AAI. A Assembleia Geral Extraordinária, por sua vez, elegerá Laurentino Rocha da Veiga, Presidente Interino, dando-lhe poderes para vender as respectivas salas, bem como quitar todas as dívidas da Instituição.

Maceió, 10 de outubro de 2019.

Laurentino Rocha da Veiga  
Presidente Interino.

Envie sua opinião para nossa redação através dos e-mails: [artsenna10@gmail.com](mailto:artsenna10@gmail.com). Deixe a sua opinião a respeito de alguns assuntos, críticas ou sugestões. Os e-mails dos leitores serão publicados no jornal tendo em conta critérios de espaço, objectividade e pertinência dos temas.



Um jornal de fatos

**WWW.ANOTICIA.ONLINE**

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião deste jornal.

**EXPEDIENTE**

O jornal A Notícia é uma publicação semanal  
Endereço para correspondência:  
Av. Menino Marcelo, nº 140, Condomínio Park Shopping, Bloco 01, Apto 101, Cidade Universitária, Maceió-AL – CEP 57073-470 - CNPJ: 27.649.153/0001-10 Fone: (82) 99907-9975

**Wellington Sena**  
Diretor de Redação  
[artsenna10@gmail.com](mailto:artsenna10@gmail.com)  
**Lourdes Lucena**  
Diretora Administrativa  
[lourdeslucenasantos@gmail.com](mailto:lourdeslucenasantos@gmail.com)

## CONSELHEIRO DO CRIME

*Chefe de esquema criminoso, ex-presidente do Legislativo, hoje, cuida das contas do Estado*

# MP acusa Fernando Toledo de sumir com mais de R\$ 3,5 milhões da ALE

O Ministério Público do Estado (MPE) denunciou o ex-deputado estadual Fernando Toledo, que atualmente ocupa cargo de conselheiro no Tribunal de Contas de Alagoas (TC-AL). Junto à denúncia também está o ex-diretor geral e ex-diretor financeiro da Assembleia Legislativa, que hoje também presta desserviços na Corte Alagoana de Contas.

Conforme ação do MPE, Toledo é acusado de “desvio de expressiva soma para o pagamento a servidores da ALE, sob o pretexto de “diferenças salariais” ou “verbas salariais em atraso”, sem o menor respaldo de legalidade que amparasse tal manobra, mais precisamente R\$ 3.521.469,97 (três milhões, quinhentos e vinte mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e noventa e sete centavos)”.

Para tal intento, a participação do aliado do ex-deputado foi imprescindível à sua concretização, razão pela qual também deve ser responsabilizado e condenado às sanções pelos fatos. O órgão fiscalizador não poupou críticas a Toledo: “Fez-se verdadeira farra com o dinheiro público, que

escoou através de créditos sucessivos, em dias próximos dentro dos meses de setembro e outubro de 2012, em benefício de servidores – a grande maioria comissionados – sob o simplório e frágil argumento de diferenças salariais, permitindo-se, com tal estratégia, o desvio de mais de 3 milhões de reais, em esquema criminoso, que aqui se demonstrará, sem maiores dificuldades, dada a forma ousada com que se armou a trama para sangria de tais recursos dos cofres da ALE”.

“Ora, referido rombo milionário se operou através de folhas suplementares, altamente seletivas em relação à escolha dos beneficiários, já que foram agraciadas diversas pessoas umbilicalmente ligadas aos deputados estaduais integrantes da Mesa Diretora de então e formalmente lotadas em seus Gabinetes, ainda que muitos não trabalhassem, segundo os fortes indícios que podem ser extraídos dos presentes autos, especialmente dos depoimentos pessoais colhidos”. Fernando Toledo esteve à frente da Mesa Diretora da ALE durante os biênios 2009/2010, 2011/2012 e 2013/2014.



*Vale ressaltar que o débito produzido pelos parlamentares, ora demandados, com a ajuda dos “operadores” do criminoso esquema, ainda permanece em aberto, em flagrante prejuízo ao povo alagoano*

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO (MPE)



## CARA DE PAU

*“São inúmeros os depoimentos colhidos que atestam a tramitação atípica dos processos de pagamento”, diz ação*

## Toledo usava pessoas carentes para desviar dinheiro público



## PASSADO OBSCURO

*Celso Deoclécio usou um menor de idade para praticar o delito*

## Conselheiro tutelar eleito para IV região já foi preso em flagrante por roubo

Um dos pré-requisitos para se candidatar ao cargo de conselheiro tutelar é idoneidade moral. No entanto, alguns candidatos parecem não respeitar o mínimo exigido para exercer a função. Celso Deoclécio dos Santos, candidato eleito ao Conselho Tutelar da Região IV em Maceió, foi preso em flagrante em 2014 por roubo majorado - quando a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma. Além disso, o ato contou com a participação de um menor.

A região IV compreende os bairros de Bom Parto, Mutange, Bebedouro, Chã de Bebedouro, Chã da Jaqueira, Santa Amélia, Petrópolis, Fernão Velho e Rio Novo. Hoje em liberdade provisória, Deoclécio já teve sua candidatura ao Conselho Tutelar impugnada algumas vezes, mas no último concurso, de acordo com o denunciante, surgiu novamente como candidato, sem maiores

problemas e se elegeu para o quadriênio 2020/2024 com 404 votos, ficando em 4º lugar.

Deoclécio responde o processo em liberdade tendo que se apresentar a cada três meses na justiça por uma ação criminosa em 2014. Ele fazia parte de um trio de bandidos formado por dois jovens - ele era um deles na época -, e um adolescente. Eles foram presos no dia 23 de julho daquele ano portando 13 celulares roubados e seis munições de calibre 38.

Em outubro do mesmo ano, a justiça concedeu liberdade provisória de Celso Deoclécio. Na época da ação criminosa, a polícia informou que eles teriam invadido e assaltado um bar e restaurante, no Salvador Lyra. E, quando faziam uma suposta “partilha” dos produtos, teriam sido flagrados.

Durante as investigações, imagens do estabelecimento foram divulgadas e

uma das vítimas do restaurante os reconheceu. Apesar de ter sido candidato eleito, ele continua respondendo ao processo em liberdade. Um de seus parceiros de crime, José Esdras Luiz, teve a liberdade provisória revogada por não se apresentar corretamente à justiça.

Um outro pré requisito para o cargo de conselheiro é “comprovar experiência em atividades com crianças e adolescente”. É importante lembrar que na ação criminosa, o terceiro envolvido junto com Deoclécio era adolescente na época.

O resultado das eleições para o Conselho Tutelar em Maceió, dividido em dez regiões administrativas, foi divulgado na última quarta-feira, 9, no Diário Oficial Eletrônico do Município. As provas foram realizadas no dia 6 de outubro. Foram 50 vagas disponibilizadas para a capital alagoana.

O fato é tão grave que alguns desses “felizardos apadrinhados por Toledo” encontravam-se cadastrados no Programa Federal Bolsa-Família, ou seja, seriam pessoas economicamente carentes, supostamente integrantes de núcleo familiar com renda per capita inferior a R\$ 70,00 (setenta reais) mensais. Ainda assim, receberam, somente nas tais folhas suplementares de setembro e outubro de 2012, valores que chegaram a R\$ 58.000 por servidor.

A ALE firmou em maio de 2009 um contrato com a Caixa Econômica Federal (CEF) num montante inicial de R\$ 2 milhões devidos pela instituição à ALE, como custo para fins de captação, pela primeira, da folha de pagamento da segunda. Posteriormente, em 2012, o então presidente da ALE, Fernando Toledo, manifesta-se favoravelmente à rescisão do contrato com a CEF, ao argumento de que um novo contrato mostrar-se-ia mais favorável ao Poder Legislativo Estadual. A proposta para a abertura do novo certame, em plena vigência de contrato anterior com a mesma instituição financeira, deu-se por iniciativa do Diretor-Geral da ALE à época, Luciano Suruagy do Amaral Filho.

“São inúmeros os depoimentos colhidos que atestam a tramitação atípica

dos processos de pagamento e a insubsistência jurídica das movimentações bancárias. Os arquivos contidos no HD externo que se encontrava na Diretoria de Recursos Humanos da Assembleia, apreendido quando da execução do Mandado de Busca e Apreensão expedido nos autos da Ação Cautelar nº 0700085-56.2013.8.02.0066, contemplam cabal prova documental”, informou a ação do MPE.

E a denúncia continua: “Vale ressaltar que o débito produzido pelos parlamentares, ora demandados, com a ajuda dos “operadores” do criminoso esquema, ainda permanece em aberto, em flagrante prejuízo ao povo alagoano, já que tal montante, decorrente de tributos não recolhidos, poderia ter sido utilizado em áreas públicas essenciais, com vistas à mitigação do flagelo de que padece a classe alagoana menos favorecida economicamente. Saliente-se que toda essa manipulação fraudulenta se dava de forma intencional e capciosa, tendo agido os parlamentares e seus auxiliares consciente e deliberadamente, com o nítido intuito de ocultar valores de retenção e recolhimento obrigatório e que haveriam de ser transferidos, os quais restaram apropriados por terceiros, ligados de forma umbilical aos parlamentares ora acusados.

### Conselho Tutelar



Celso Deoclécio

Celso Deoclécio

**Celso Deoclécio**  
VOTE **0406**

## ENTREVISTA

Sobre Moro, Renan Calheiros declara que ministro "juiz" é retrocesso institucional

# Dá para enxergar três Bolsonaro, e com um deles é possível dialogar, diz senador



CARA DE PAU

Ex-presidente do Senado, Renan Calheiros (MDB-AL) afirma que nos cerca de dez meses do governo Jair Bolsonaro (PSL) é possível identificar diferentes presidentes. O das propostas econômicas que "não têm resultado" e o das falas "chocantes e preconceituosas", além de um terceiro: o que indicou Augusto Aras para a Procuradoria-Geral da República contra o "corporativismo do Ministério Público" e que respeitou a decisão do Congresso de derrubar vetos à lei de abuso de autoridade.

"Se há um Bolsonaro com o qual você pode dialogar, é com esse", afirma Renan. Ao programa de entrevistas da Folha e do UOL, em estúdio compartilhado em Brasília, Renan criticou o ministro Sérgio Moro (Justiça) e disse que a ida do ex-juiz da Lava Jato para a Esplanada representou um "retrocesso institucional".

Sobre as mensagens trocadas por Moro e Deltan, Renan diz que "os diálogos da Vaza Jato falam por si só. Eles precisam ser investigados porque, se não houver uma responsabilização para os que cometeram crimes ou extrapolaram os seus limites, vai acabar estimulando

novas práticas em favor da impunidade.

O ex-presidente do Senado defendeu que a Casa abra uma CPI para investigar o conteúdo das mensagens caso os órgãos competentes não apurem os indícios de irregularidades na força-tarefa da Lava Jato. "O Moro tem uma formação

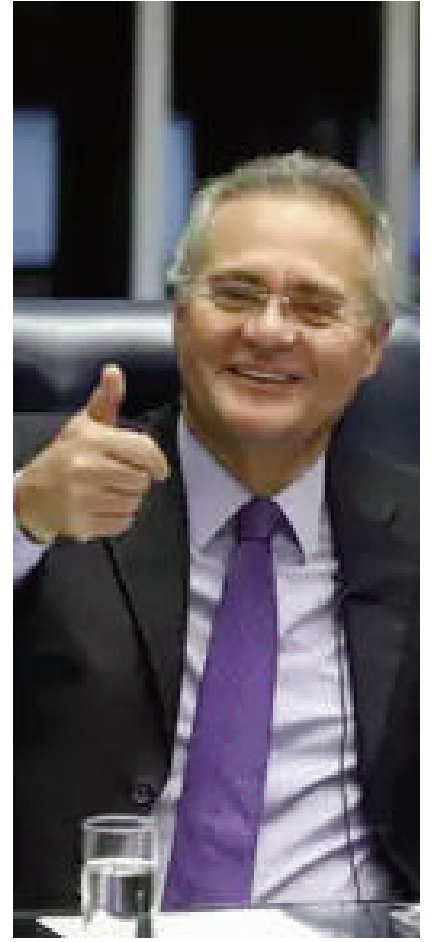
**O Moro tem uma formação intelectual fascista. Só isso justifica o que ele fez na eleição, na prisão do Lula, na condenação sem provas e na interferência no processo político**

SENADOR RENAN CALHEIROS (MDB-AL)

intelectual fascista. Só isso justifica o que ele fez na eleição, na prisão do Lula, na condenação sem provas e na interferência no processo político", afirma Renan Calheiros.

"Acho que ele tem errado bastante no Ministério da Justiça. Sua vinda para a Esplanada acabou definindo um retrocesso institucional. Ele começou o governo querendo legislar por decreto e nunca teve uma concepção clara da separação dos Poderes. Mandou para o Congresso um pacote anticrime que, ao invés de coibir, dá direito para matar. Traz salvaguardas que em nada vão ajudar na redução da criminalidade", diz o senador.

Renan nega que seja um crítico da Lava Jato apenas para se defender de investigações e de delatores que o citaram. "É uma interpretação errônea, uma tentativa de me paralisar. Fizemos isso quando eu apresentei o projeto do abuso de autoridade. Havia um projeto para destruir a política como um todo. Não havia na prática como destruir a política sem destruir quem estava sentado na cadeira de presidente do Congresso."



DANO MORAL

Marroquim utilizava sistema para sonegar direitos trabalhistas

Construtora alagoana compelia clientes a constituir Associações de Investidores

## Marroquim é condenada a pagar R\$ 4 milhões após calote em trabalhadores

Valor deve servir para quitar rescisão dos funcionários

A 5ª Vara do Trabalho de Belém do Pará condenou a Marroquim Engenharia, do ramo da construção civil, que também atua em Alagoas, ao pagamento de R\$ 4 milhões em danos morais coletivos, além de reconhecer a formação de grupo econômico entre as empresas e seus sócios e admiti-los como os reais empregadores dos trabalhadores que atuavam em seus empreendimentos.

Os pedidos foram feitos em ação civil pública apresentada pelo Ministério Público do Trabalho PA/AP (MPT). Ainda atendendo ao autor da ação, a Justiça determinou a retificação dos registros nas carteiras de trabalho dos atuais e ex-empregados da Marroquim; o pagamento dos salários em atraso de todos os seus empregados que prestaram e dos que ainda prestam serviços ao grupo econômico; não contratação de trabalhadores por meio de associação de adquirentes, sem observar o correto procedimento da Lei nº 4.591/1964, em que se exige a livre formação de Comissão de Representantes; depósito mensal de FGTS de seus reais empregados e a multa de 40%, quando cabível; e o recolhimento das contribuições previdenciárias a que estão obrigados legalmente, com comprovação.

O MPT instaurou o Inquérito Civil para apurar denúncia de fraude no modo de atuação adotado pelas empresas do Grupo Marroquim e seus sócios no âmbito da construção civil, que resultariam em uma série de ilícitos trabalhistas, fiscais, cíveis e comerciais.

Segundo o Ministério Público do Trabalho, "uma vez vendida as unidades de determinado empreendimento imobiliário aos interessados, a própria construtora criava uma associação com CNPJ próprio, constituindo uma nova pessoa jurídica (associação) composta por todos os compradores, de modo que os registros dos trabalhadores e demais encargos ficavam vinculados à respectiva associação de moradores e não à real empregadora, que é a construtora e incorporadora Marroquim".

Assim, o MPT apurou que: os registros dos trabalhadores e demais encargos trabalhistas não eram realizados pela real empregadora - Marroquim Engenharia - mas pelas Associações de Proprietários; não era feito o correto recolhimento de FGTS e pagamento de verbas rescisórias a extenso rol de empregados; não ocorria o regular recolhimento das contribuições previdenciárias ao INSS, mesmo com a indicação de desconto em contracheque da referida



Mário Marroquim, empresário alagoano, já foi impedido pela Justiça de sair do Brasil

parcela, e possível configuração do crime de apropriação indébita previdenciária.

Para a Justiça, ficou bastante claro que as empresas e seus sócios criaram as associações para se eximir dos encargos trabalhistas e previdenciários, transferindo-lhes a responsabilidade perante o Judiciário. De acordo com a decisão, ficou demonstrado também que as recla-

madas iam muito além de fazer as contratações dos empregados, inclusive demitindo aqueles que não desejassem se ativar nas demais obras realizadas, assumindo compromissos em acordos trabalhistas firmados na Justiça do Trabalho e deixando de repassar os encargos previdenciários previstos em folha de pagamento.

A condenação por dano moral coletivo imposta ao grupo, no valor de R\$ 4 milhões, servirá para o pagamento das verbas rescisórias e fundiárias dos ex-empregados da Marroquim, que estão com créditos pendentes na Justiça do Trabalho, seja decorrentes de sentenças condenatórias ou acordos não cumpridos, e daqueles que não ajuizaram reclamações mas se encontram nas situações narradas na ação.

Na reversão dos valores aos trabalhadores, a ser promovida pelo MPT, deve ser observado os limites da ação proposta, bem como o intuito de pagamento das verbas salariais, rescisórias e salários atrasados, nos termos da lei, na devida fase de liquidação de sentença. A decisão também deve ser tomada como base nas ações judiciais trabalhistas individuais posteriormente ajuizadas por qualquer um dos empregados cujas pretensões relacionem-se aos fatos elencados na ação civil pública.

Além disso, a Justiça determinou a expedição de ofício ao Ministério Público Federal (MPF) para ciência e providências que entender necessárias, referentes à apropriação de valores que deveriam ser destinados à Previdência Social, mas não foram adimplidos pelas empresas do grupo econômico, reais empregadoras e manuseadoras das contas bancárias das associações que criavam.

ACESSÍVEL  
EM QUALQUER  
LUGAR

WWW.ANOTICIA.ONLINE

f /ANOTICIAONLINEDEALAGOAS

ig /ANOTICIAAL



## CÂMARA DE VEREADORES

Ex-deputado caçado irá enfrentar Nery Almeida e Wellington Sena

# Cícero Almeida terá adversários de peso nas próximas eleições

Por essa o ex-prefeito por Maceió, ex-vereador, ex-deputado federal e estadual, Cícero Almeida, não esperava. Na disputa de uma vaga na Câmara de Maceió, seus aliados do passado Calheiros vêm incentivando a candidatura de Nery Almeida para vereador pelo MDB.

Para isso, tem fortalecido Nery nas grotas e inclusive vai fazer um torneio de futebol no Rei Pelé para levantar a campanha do aliado. Ciço ainda é filiado ao PHS e tudo leva a crer que não terá uma chapa forte eleitoralmente.

E por isso vai exigir de Cícero

Almeida muita luta para bombar nas urnas. Uma derrota dele agora é final de carreira para Almeida, que já esteve até cotado para ser governador. Já Nery Almeida vem descendo e subindo as grotas para dessa vez ganhar a eleição.

Outro desafio de Ciço que vem com tudo nas próximas eleições é o

diretor do A Notícia, Wellington Sena. O jornalista sempre teve uma linha crítica contra o ex-prefeito de Maceió fazendo diversas denúncias em seu semanário.

Inclusive, as denúncias contra políticos serão o carro-chefe da campanha de Sena, que nunca teve medo

de publicar no A Notícia o que acontece nos bastidores da Assembleia, Prefeitura e Governo do Estado.

"Vou fazer uma campanha de muito respeito aos eleitores e vou transformar Almeida em um pouca urna. Não temo corruptos e muito menos compradores de votos", diz Sena.



Diretor do A Notícia, Wellington Sena. O jornalista sempre teve uma linha crítica contra o ex-prefeito de Maceió fazendo diversas denúncias em seu semanário

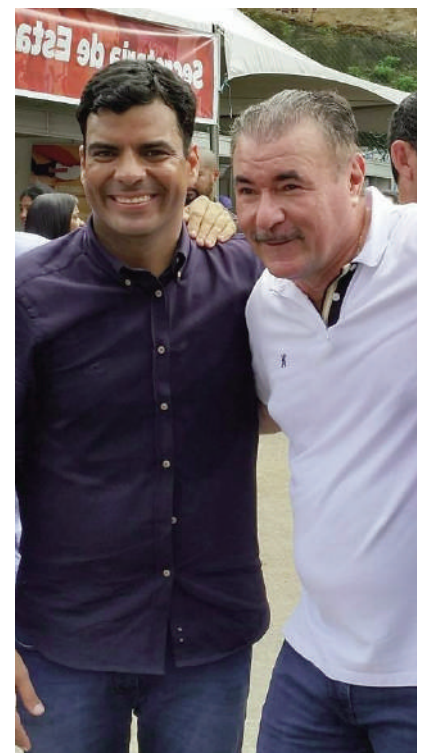


*Vou fazer uma campanha de muito respeito aos eleitores e vou transformar Almeida em um pouca urna. Não temo corruptos e muito menos compradores de votos*

WELLINGTON SENA



## RELEBRANDO



*Polícia Federal encontrou no computador de Nery Almeida registros de eleitores*  
*Nery Almeida teve mandato cassado por compra de votos*

## RELEBRANDO II

Ex-deputado federal mudou de ramo e deixou de assaltar cofres públicos para arrombar carros

## Almeida é denunciado por tramocar golpe contra Marcos Barbosa

O ex-deputado federal Cícero Almeida teria tentado tramocar uma armadilha contra o deputado estadual Marcos Barbosa. O caso foi notificado à Polícia Civil que já apura o fato, que ocorreu no dia 1º de outubro de 2018. A trama envolve de arrombamento de carro a envelope recheado de dinheiro.

A experiência em programas policiais tem sido útil na nova fase de Almeida, que não contará mais com o dinheiro público para sobreviver. Segundo informações que chegaram ao A Notícia, Marcos Barbosa estava por volta das 22h em um restaurante na Pajuçara, em Maceió, quando teve a ideia de oferecer a amigos camisetas e medalhas do CRB, time que preside.

Foi então que pediu para um funcionário ir até o edifício onde mora, o Ilha de Limnos, pegar esses objetos dentro de seu carro guardado no estacionamento. Ao abrir o veículo, uma HB20, o funcionário de Barbosa se deparou com escoriações no automóvel e percebeu a falta de uma caixa de papelão e de uma



**Futuro de Cícero ainda é incerto, talvez vire síndico ou quem sabe continue cantando por aí.**

sacola de papel que deveriam estar no banco traseiro do veículo. Dentro deles deveriam estar borderôs dos jogos entre CRB x Coritiba e CRB x CSA, além da quantia de R\$ 200 mil em dinheiro.

Segundo explicado à Polícia, o valor

era fruto das rendas das partidas citadas e que seria destinado ao pagamento de jogadores e funcionários do CRB, que aconteceu todo dia 10. O motorista também notou o sumiço de algumas camisetas indo procurar na manhã seguinte a

síndica do condomínio para analisar as câmeras de segurança.

As filmagens mostraram que antes do motorista entrar no carro houve uma movimentação estranha de pessoas próximo ao veículo de Marcos Barbosa. Diante desses fatos, Marcos Barbosa resolveu procurar a Secretaria de Segurança Pública de Alagoas (SSP-AL).

Antes de se dirigir até a SSP, Barbosa foi informado pela síndica que alguém teria desligado as câmeras direcionadas aos veículos do denunciante e do ex-deputado federal Cícero Almeida, imagens essas que flagrariam o crime.

Segundo registrado na Polícia, essa pessoa misteriosa tinha a missão de tirar todo o dinheiro do carro de Marcos Barbosa. Porém, o acusado se defendeu dizendo que "as câmeras foram desligadas porque o corrupto Cícero Almeida queria abrir o carro de Barbosa para tirar alguns documentos para incriminá-lo". Almeida deixou de roubar o dinheiro do povo para arrombar carros e assaltar outros políticos.

Em 2009, por unanimidade dos votos, o Pleno do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE/AL) decidiu pela cassação do mandato do vereador por Maceió Nery Almeida (PV). A juíza Ana Florinda foi a relatora dos recursos impetrados pelo candidato a vereador George Sanguinetti.

Os recursos contra a diplomação do vereador foram baseados em denúncias de compra de votos, aliciamento de eleitores e abuso de poder econômico e pediam a aplicação de multa, cassação de mandato e decretação de inelegibilidade do vereador.

As ações tiveram como base a prisão de cabos eleitorais de Nery no dia da eleição, por crime eleitoral, e o consequente inquérito aberto na Polícia Federal.

Durante a votação, a relatora do processo, Ana Florinda ressaltou, com base nos autos, a existência de listas contendo nomes de eleitores cadastrados por cabos eleitorais de Nery Almeida.

REFERENCIAL  
VENDA

VENCER  
25/10

**PARA VOCÊ,  
É DINHEIRO  
DOADO TODO MÊS.  
PARA ELES, É  
ALIMENTO NA MESA.**

Continue colaborando  
com a LBV!  
[LBV.org/DigaSim](http://LBV.org/DigaSim)

**LBV**  
Apoio  
**A Notícia**  
Um portal de notícias

## LICITAÇÃO FRAUDULENTA

# Empresa de iluminação pode fazer Rui Palmeira perder o cargo

Fato já ocorreu com prefeito tucano do interior da Paraíba

A empresa Vasconcelos e Santos LTDA-EPP que a Superintendência Municipal de Energia e Iluminação Pública (Sima) tanto quer que fique no contrato de iluminação de Maceió foi uma das responsáveis pela queda do prefeito de Patos, município da Paraíba. Fraude à licitação foi um dos crimes cometidos. Denúncias contra a empresa não são novas e já foram protocoladas no Ministério Público de Alagoas e no Tribunal de Contas por possíveis irregularidades na arrecadação e gerenciamento dos recursos da Contribuição para o Custeio do serviço de Iluminação Pública (COSIP) da capital alagoana.

Entre as irregularidades estariam superfaturamento dos valores cobrados aos contribuintes e indícios de irregularidade na renovação do contrato. A denúncia chegou aos órgãos fiscalizadores em 2016. Enquanto em Maceió, a negociata continua, na Paraíba, o prefeito de Patos Dinaldo Medeiros Wanderley Filho (PSDB) perdeu o cargo por causa de contrato fraudulento com a Vasconcelos e Santos. Em 2018, o Ministério Público da Paraíba (MPPB) denunciou 13 investigados na 'Operação Cidade Luz', entre eles o gestor tucano, mesmo partido do prefeito de Maceió Rui Palmeira.

Um dos pedidos do MP foi o afastamento do prefeito determinado pelo juiz convocado do Tribunal de Justiça da Paraíba, Carlos Eduardo Leite Lisboa. O magistrado ainda determinou o afastamento do secretário de Desenvolvimento Econômico, Jardelson Pereira Medeiros, e do funcionário do setor de licitação, Alysso dos Santos Gomes.

Tendo em vista a natureza dos delitos supostamente praticados pelos denunciados afastados dos cargos, o juiz determinou, também, na ocasião, o comparecimento a todos os atos processuais para os quais forem convocados; proibição de acesso ou frequência à sede da Prefeitura de Patos, secretarias e à Comissão Permanente de Licitação; e proibição de se ausentarem do Estado sem autorização do juiz-relator.

Os colegas de partido de Palmeira foram processados por crimes de organização criminosa, corrupção ativa e passiva, desvio de recursos públicos, fraude em licitação e lavagem de capitais. E em agosto deste ano, o Pleno do Tribunal de Justiça da Paraíba decidiu, por maioria dos votos, manter Dinaldo, conhecido como Dinaldinho, afastado do cargo de prefeito do município de Patos. Em Maceió, no ano de 2011, a Secretaria de Infraestrutura de Maceió, representando a Prefeitura de Maceió, promoveu uma licitação no modelo de pregão presencial, sob o número 01/2011, para a contratação de uma empresa para o "Gerenciamento Completo do Sistema de Iluminação Pública do Município de Maceió".

A empresa Vasconcelos e Santos LTDA-EPP venceu o certame em dezembro de 2011 e foi contratada pelo prazo de 30 meses no valor de R\$ 25,1 milhões. Posteriormente, o contrato foi aditado em 25% de seu valor original por meio de dois Termos aditivos, e renovado por mais 30 meses no seu quarto Termo aditivo.



Em 30 de dezembro de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Município de Maceió a Lei 6.293, que elevou as alíquotas da COSIP. A partir deste reajuste, a arrecadação da COSIP aumentou de forma considerável, chegando à R\$ 4.238.928,72 em fevereiro de 2015, valor este que, deduzidos os encargos devidos como o valor pago à Eletrobras/AL referente ao consumo de energia necessário à iluminação pública, resultou em um crédito à Prefeitura de Maceió no valor de R\$ 3.145.063,94 só naquele mês. Ao considerar que o valor excedente se repete de forma média todos os meses, é possível concluir que a Prefeitura adquiriu



Prefeito de Patos Dinaldo Medeiros Wanderley Filho (PSDB) perdeu o cargo por causa de contrato fraudulento com a Vasconcelos e Santos

iu um saldo de aproximadamente R\$ 36 milhões por ano em função do valor excedente da arrecadação da COSIP. Em 30

meses, a previsão foi de que a Prefeitura arrecade R\$ 90 milhões em excedentes só com o valor cobrado à título de COSIP.

## SHOWS DO CRIME



Empresário Barreira adora aparecer ao lado dos seus "contratados". Desvio de dinheiro acontece por meio de notas frias e com a ajuda de artistas

## Empresário já faturou R\$ 100 milhões em golpes com o apoio de prefeituras

Prefeitos de Alagoas nunca param de arquitetar maneiras de saquear os cofres públicos. O pior é que esse roubo acontece em municípios de baixa receita prejudicando diretamente a população. Um dos golpes utilizados pelas prefeituras é de usar ata de registro de preço e dispensa de licitação para favorecer a empresa Barrera Produções e Eventos.

Só para ter uma ideia do rombo, entre o período de 2016 a 2019, a empresa já faturou com as prefeituras mais de R\$ 100 milhões. A Lei nº 12.529/2011 - que defende a concorrência entre empresas tem apoio na Constituição Federal. Além de estabelecer a livre concorrência como um dos princípios da ordem econômica, também reprime o abuso do poder econômico.

Mas, não é o que acontece com a empresa Barrera Produções e Eventos, já denunciada ao Ministério Público Estadual (MPE-AL) pelos crimes contra ordem tributária e prática de cartel, desrespeitando a Lei nº 12.529/2011.

Em Alagoas, empresas de produções e eventos formam um consórcio para burlar processos licitatórios com o objetivo de dominar a atividade de pro-

duções de eventos. Essa atividade está sob o controle do empresário conhecido por "Barreira" que mantém o monopólio dos eventos artísticos realizados no Estado. No cadastro do CNPJ, o nome do empresário responsável pela empresa é Felipe de Barros Cavalcante.

Realizando contratos de eventos milionários com as prefeituras estando cadastrado na Receita Federal com o capital social de apenas R\$ 500 mil, Barreira é visto na sociedade alagoana como empresário milionário no ramo de eventos.

O esquema funciona através do superfaturamento e com a conivência da maioria dos artistas. Em uma nota fiscal, por exemplo, um show que custa o valor de R\$ 60 mil para prefeitura, o artista só recebe R\$ 30 mil reais, o restante do valor vai para o caixa dois. Muitos cantores acabam aceitando receber menos do que indicam as notas fiscais emitidas porque precisam trabalhar. Em boa parte dos casos quem não aceita esse tipo de acordo fica de fora dos shows.

Outro fato é a casadinha: quando a banda contratada realiza, agenda de shows em cidades vizinhas favorecendo e aumentando o lucro do empresário.

## PROCESSOS

## Prefeitura é vista com desconfiança pelo Tribunal de Contas. Contratos de iluminação pública são o "calcanhar de Aquiles" de Rui Palmeira

Problemas entre a Prefeitura de Maceió e empresas de iluminação pública são recorrentes. O Conselho do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Rodrigo Siqueira Cavalcante, acatou, em agosto, o pedido do Ministério Público de Contas de Alagoas e concedeu medida cautelar suspendendo a licitação promovida pela Superintendência de Iluminação Pública de Maceió (SIMA), para apurar os fatos denunciados pelas empresas Citeluz Serviços de Iluminação Urbana S/A e E.I.P. Serviços de Iluminação.

Em sua decisão publicada no Diário Oficial Eletrônico do TCE/AL, o conselheiro relator determinou a notificação do Superintendente Municipal de Energia e Iluminação Pública de Maceió, Tácio Melo da Silveira, da Presidente da Comissão Especial de Licitação/ARSER, Vanderleia Antônia Guaris Costa, e do Prefeito de Maceió Rui Palmeira.

O Conselho fixou multa pessoal de 500 UPFAL, o que corresponde R\$ 12.145,00 (doze mil, cento e quarenta e cinco reais), para o gestor que descumprir a cautelar. Além de reduzir o número de interessados aptos, o MPC alegou que o Edital também restringiu a competitividade uma vez que impede a participação de consórcio de empresas.

"As falhas contidas no edital da Concorrência nº 02/2019, como a ausência de estimativa da quantidade de serviços que estão sendo contratados e de orçamento dos serviços a serem contratados estimados em planilhas de quantitativos e preços unitários; a aglutinação de serviços diversos em um só objeto; a proibição da participação de empresas em consórcio; bem como a definição de julgamento com base em técnica e preço em objeto incompatível com este critério; podem ocasionar graves danos ao erário; também podem prejudicar a obtenção da proposta mais vantajosa,

dificultar a fiscalização e acompanhamento do contrato e comprometer a competitividade do certame", disse Siqueira.

No entanto, em setembro, a denúncia de irregularidades pelas empresas Citeluz Serviços de Iluminação Urbana S/A e E.I.P. Serviços de Iluminação sobre o processo licitatório para contratação do serviço de gestão do sistema de iluminação pública de Maceió foi arquivada pelo TCE, após ser retirado de pauta durante duas semanas seguidas. A sessão terminou com 3 votos a 2.

Um dos votos mais detalhados contra a continuidade da licitação objeto do Edital nº 02/2019, promovida pela Superintendência de Iluminação Pública (Sima), foi proferido pelo relator, o conselheiro Rodrigo Siqueira Cavalcante, que votou por manter a decisão cautelar suspendendo a licitação até que se obtenham respostas conclusivas sobre itens divergentes no certame.



Prefeito Rui Palmeira e o Superintendente Municipal de Energia e Iluminação Pública de Maceió, Tácio Melo da Silveira estão na mira do MP



Jardel x Carimbão

### FOI LIGADO AO CARIMBÃO

O Ministério Público Estadual, através do Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (GAECO), está à procura do ex-secretário estadual Jardel Aderico, acusado de integrar um grupo responsável pela prática de atos de corrupção, lavagem de dinheiro e desvio de recursos públicos em contratos firmados com as unidades de saúde e educação do Estado de Alagoas e cujos valores ultrapassam a barreira de R\$ 1 bilhão. Aderico era ligado e já foi indicação no governo do ex-deputado Givaldo Carimbão que foi derrotado nas urnas em 2018.

### NA CASA DO COLLOR

Os agentes da Polícia Federal cumpriram mandados na residência do senador Fernando Collor (PROS/AL), em Maceió, durante a operação Arremate que investiga um esquema de lavagem de capitais por meio de compras de imóveis em hastas públicas.

### FAVORÁVEL A PRISÃO

A Promotoria de Justiça de Campo Alegre se disse favorável à prisão dos dois guardas municipais suspeitos de praticar o crime de homicídio contra o pedreiro José Cassimiro da Silva. A informação foi divulgada pelo Ministério Público Estadual de Alagoas.



### MUDANÇA DE PARTIDO

A ida de Marcelo Victor para o Democratas tem sido conversada com a Executiva Nacional. O presidente da Casa de Tavares Bastos – ainda segundo os bastidores – tem contado com a ajuda do deputado federal Arthur Lira (PP), que intermediou os diálogos com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia. A mudança no Democratas pode gerar rotas de colisão com o secretário de Saúde de Maceió, José Thomaz Nonô, que comanda a agremiação, e com o deputado Davi Maia.

### IDERAL SOCIAL EDIÇÃO II

O Instituto de Desenvolvimento Rural e Abastecimento de Alagoas (IDERAL-AL) realizou nos dias 11 e 12 de outubro a segunda edição do projeto IDERAL SOCIAL. O evento ofereceu ações de cidadania com atendimentos para os comerciantes, permissionários, clientes e a toda comunidade circunvizinhas no entorno da nova CEASA. Todos os serviços que foram ofertados à população foram gratuitos.

### MENOS TRABALHO, DIGO SESSÃO

Para mudar a dinâmica dos trabalhos na Assembleia Legislativa do Estado (ALE), os deputados estaduais Francisco Tenório (PMN) e Tarcizo Freire (PP) encabeçaram recentemente um projeto de resolução que deve reduzir de três para duas – por semana – o número de sessões ordinárias da Casa, além do horário em que elas ocorrem, das 15h para às 9h.

### SEM HOLOFOTES

Quando convocado para substituir o secretário de Segurança Alfredo Gaspar, o coronel PM Lima Jr tinha que manter a redução da violência que já se registrava naquele momento. Ele era parte da cúpula da Segurança, no comando da Polícia Militar, e por consequência, já tinha sua parcela de contribuição nos números. Mas não era fácil ocupar o lugar de um secretário popular – estilo xerife – que tinha o apoio da sociedade e dos agentes de segurança. E por si só isto já causava dúvida com relação a continuidade do trabalho que estava sendo feito mesmo sem muita mídia e zero de holofotes.

### ESTÉTICA

Cerca de 42 milhões de brasileiros são reféns da calvície; mulheres também são afetadas

## Hospital Veredas é referência em transplante capilar

Segundo pesquisa publicada recentemente, em média, 42 milhões de brasileiros são reféns da calvície, especialmente em jovens na faixa etária entre 20 e 25 anos, além de metade dos homens com até 50 anos. Incomodados com um problema, tem sido crescente o número de alagoanos em busca do transplante capilar no Hospital Veredas, conforme a cirurgiã plástica responsável, Emanuella Oliveira, pioneira em transplantes capilares em Alagoas, onde já soma dez anos de experiência na área.

“A medicina, por meio da cirurgia plástica, sempre buscou meios para tentar minimizar este problema. O transplante vem evoluindo já há bastante tempo e deu

um “boom” recentemente, porque a técnica mudou um pouco. A cirurgia de transplante é uma cirurgia de redistribuição, a gente vai tirar os fios de uma região, que é a occipital da cabeça, pois não sofre o processo de queda e do afinamento dos fios, e vai distribuir na área calva”, explica Emanuella.

Em 99% dos homens com queda de cabelo é indicado transplante. Nas mulheres em torno de 20 a 30%. Considerado uma solução eficaz e segura, o transplante tem evoluído em suas técnicas ao longo dos anos, de acordo com a especialista.

“Recentemente, teve um novo olhar sobre o transplante, muito em voga, porque está se fazendo muito no Brasil, e

nós fazemos aqui no Veredas, há dois anos, que é a técnica chamada FUE, mudando a forma de colher o cabelo da área doadora. Porque antes a gente fazia uma incisão e tirava um pedaço do couro cabeludo, depois suturava. Hoje a gente não precisa fazer esta incisão, já tira unidade por unidade, com um aparelho e com uma lupa de grande aumento, a gente já tira unidade por unidade, então não fica uma cicatriz linear. Essas micro cicatrizes ficam disfarçadas no meio do cabelo. Então, mesmo que paciente raspe a cabeça elas não vão aparecer. Então isto aumentou muito a busca e por não ter corte, parece menos agressiva e mais convidativa”, avalia a cirurgiã.



### SEM DOR

Técnica usa anestesia local para incisão

## Cicatrizes ficam disfarçadas no meio do cabelo

A médica explica que a nova técnica é feita com anestesia local, em dois momentos de seis horas cada, durante dois dias seguidos. “Venho acompanhando a evolução da técnica, a gente se monta de aparelhagem, do material e é com anestesia local, o paciente não precisa ficar internado. Vem como paciente externo, vai para o centro cirúrgico, faz o procedimento e volta para casa”, esclarece.

Outro benefício é o risco mínimo existente no procedimento. “Seguindo todas as orientações médicas, o percentual de perda é muito pequeno. Da grande maioria do cabelo aplicado, 90% pega. Em situações de complicação, o que raramente acontece, a perda máxima chega a 30%, se não cuidou direito, infeccionou”, destaca Emanuella.

A presidência do Hospital Veredas ressalta a qualidade técnica e comprometimento da equipe de cirurgia plástica. “Temos profissionais renomados, comprometidos com seus pacientes e parceiros do hospital. A exemplo do pai, Lourival Cezar, um ícone da cirurgia plástica em nosso estado, a dra Emanuella também nos enche de orgulho. Cuidar da beleza também é saúde, afeta não só a nossa autoestima e isto reflete em todo o resto”, avalia o presidente do Veredas, Edgar Antunes Neto.



Cirurgiã plástica responsável, Emanuella Oliveira, pioneira em transplantes capilares em Alagoas

### MACEIÓ

Segundo denúncia, Legislativo paga quase R\$ 2 milhões só para aliados políticos

## Ação pede bloqueio de salários de comissionados da Câmara de Vereadores

O Fórum Nacional de Combate à Corrupção Eleitoral (FNCCE) entrou com uma Ação de Mandado de Segurança pedindo o imediato bloqueio das contas bancárias oriundas dos pagamentos da mesa e comissionados da Câmara Municipal de Maceió.

O pedido consiste em uma medida para que o Poder Legislativo comprove a razão dos valores em remunerações onde se encontra tantos funcionários para um espaço que não uma capacidade de aglutinar tantas pessoas em um recinto e que só há expediente às terças, quartas e quintas quando ocorrem as sessões.

“Outro fato é que sociedade maceioense pagar essa conta que custa R\$ 1.851.410,27 (Hum Milhão, Oitocentos e Cinquenta e Um Mil, Quatrocentos e Dez Reais, Vinte e Sete Centavos) para custeio de uma folha mensal que totaliza 395 cargos em comissões indicações políticas”, informou o Fórum.

“Nosso Mandado de Segurança é uma ação especial destinada a proteger o cidadão contra ilegalidades cometidas por autoridade pública em geral. O juris-



“Nosso Mandado de Segurança é uma ação especial destinada a proteger o cidadão contra ilegalidades cometidas por autoridade pública em geral”, diz o presidente do FNCCE, Beckman Amorim.

dicionado que ingressa com esta medida judicial deve, logo de início, comprovar, através de documentos, a violação do seu direito assim o imediato bloqueio para os questionamentos deste valores”, diz o presidente do FNCCE, Beckman Amorim.

“Se fizemos um breve cálculo deste valor mensal e multiplicarmos vezes os

doze meses e ainda décimo terceiro, teremos o seguinte valor global R\$ 24.068.333,51 (Vinte e Quatro Milhões, Sessenta e Oito Mil, Trezentos e Trinta e Três Reais, Cinquenta e Um Centavos). O FNCCE, iniciou esta Ação Judicial e irá divulgar esses valores em Maceió colocando cerca de 10 outdoors espalhados em toda à capital alagoana”.

**World service**  
Montagem e Manutenção de Microcomputador  
FORMATAÇÃO, INFORMÁTICA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Téc.  
Alberto Bezerra

cat.bezerra@bol.com.br FONE: (82) 98706-5829

## MAR DE LAMA

Senador teria usado laranjas para comprar imóveis. Valores do golpe chegariam a R\$ 6 milhões

# Collor é suspeito de participar de esquema de lavagem de dinheiro

A Polícia Federal deflagrou na manhã de sexta-feira a Operação Arremate, que tem por objetivo combater a suspeita de lavagem de dinheiro em

negociações envolvendo compra de imóveis com o envolvimento do ex-presidente e senador Fernando Collor (PROS), segundo nota da PF.

Ao todo, 16 mandados de busca e apreensão nas capitais Maceió (AL) e Curitiba (PR) foram autorizadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). As inves-

tigações buscam identificar envolvimento de Collor, já conhecido por seu histórico de corrupção, no arremate de imóveis valendo-se de interposta pessoa com o objetivo de ocultar a sua participação como beneficiário final das operações.

“Essas compras serviriam para ocultar e dissimular a utilização de recursos de origem ilícita, bem como viabilizar a ocultação patrimonial dos bens e convertê-los em ativos lícitos”, disse a PF, em nota.

“Os valores das arrematações sob investigação são de aproximadamente 6 milhões de reais (valores ainda sem as devidas correções monetárias)”, completou. Ainda segundo a PF, os investigados são suspeitos de adquirir imóveis em leilões de bens públicos realizados nos anos de 2010, 2011, 2012 e 2016. Os envolvidos recorriam a “laranjas”.

Alvo da Operação Arremate, Collor afirmou estar indignado com o que classificou como uma tentativa de envolver seu nome na investigação. “Estou indignado com a tentativa de envolver meu nome num assunto em que não tenho nenhum conhecimento ou participação. Trago a consciência tranquila e a certeza de que,

mais uma vez, ficará comprovada a minha inocência”, escreveu o ex-presidente da República (1990-1992) nas redes sociais.

Setenta policiais federais cumpriram os mandados de busca e apreensão em endereços residenciais e comerciais. Se confirmadas as suspeitas, os envolvidos poderão responder pelos crimes de lavagem de ativos, corrupção ativa, corrupção passiva, peculato, falsificações e por participação em organização criminosa.

No mesmo dia da operação, Collor saiu em uma matéria do Valor Econômico. “Aos 70 anos, o presidente afastado em meio a uma forte crise econômica e a uma série de denúncias de corrupção reconhece ter errado - pelo menos uma vez. Diz não ter dado a devida atenção à formação de uma coalizão no Congresso, condição, segundo ele, sine qua non para se governar neste regime presidencialista, que considera uma “carroça”, mal-ajambrada. Sobre seu breve governo, interrompido pelo impeachment, ele o mantém em alta conta. O que faltou? “Tempo”, responde simplesmente”. Entre os delírios, Collor disse que pretende voltar ao Planalto.



## DIÁRIOS DA PRESIDÊNCIA

FHC também teceu críticas a Ciro Gomes, José Serra e Dilma Rousseff

## “É um oportunista, um rapaz perigoso”, diz ex-presidente sobre Fernando Collor

Desbocado, destrambelhado, descabeçado. Fernando Henrique Cardoso usou esses e outros adjetivos para se referir a Ciro Gomes nas eleições de 2002. No último volume dos “Diários da Presidência”, o tucano deixa claro que detestaria passar a faixa ao ex-aliado.

“O Ciro é nada, é um oportunista que vive da imprensa”, criticou, em março de 2001. “Eu não confio no Ciro. Me chamou de ameiba, isso é inaceitável. Ele não tem responsabilidade”, reclamou, em agosto de 2002. “O Ciro é um desastre”, resumiu, dias depois.

O presidente comparava o desfeto a Fernando Collor. “É um oportunista, um rapaz perigoso”, criticou, a cinco meses da eleição. Quando Ciro subiu nas pesquisas, ele apelou aos céus: “Meu Deus, livre-nos dele!”.

**W**  
O Ciro é nada, é um oportunista que vive da imprensa”. Eu não confio no Ciro. Me chamou de ameiba, isso é inaceitável. Ele não tem responsabilidade

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
EX-PRESIDENTE DA REPÚBLICA



O diário também registra o desapareço de FH por Anthony Garotinho. “Deixou o Estado do Rio em petição de miséria”, criticou, em setembro de 2002. Em outra passagem, ele chama o ex-governador de “moleque”.

Para o tucano, Garotinho teve o pior comportamento entre os quatro presidentes que o visitaram no Alvorada. “Quase agressivo, entrou assobiando, com pouca educação. (...) Não tem noção das coisas”, anotou.

O presidente só pisava em ovos ao falar do candidato do PSDB, José Serra. A dois dias do primeiro turno, ele deixou escapar um desabafo. “O Ciro diz que nós tivemos o pior desempenho dos últimos 50 anos, e o Serra se cala. O Lula diz que não houve investimento de energia elétrica, ele se cala. O Garotinho diz que



eu falei que todo aposentado é vagabundo, ele se cala...”, queixou-se.

Os últimos dois presidentes não ficam bem no livro. FH descreve Michel Temer como “um homem educado, agradável”, mas o responsabiliza por uma traição do PMDB ao governo.

No último capítulo, Dilma Rousseff aparece como “a moça que representa o PT na comissão de transição”. Numa

passagem premonitória, o tucano diz que ela “tem uma visão favorável a subsídio, não sei o que, subsídio para isso, subsídio para aquilo, enfim, como se o Tesouro fosse o Papai Noel”.

Jair Bolsonaro não é citado nas 1.024 páginas do diário, que cobre os últimos dois anos da Era FH. Deputado do baixo clero, não conseguiu atrair a atenção presidencial.

## NADA MENOS QUE TUDO

Inquérito ficou conhecido como a investigação do “quadrilhão do PT”

## Em livro, Janot dá razão a Lula quanto a “erros” dos procuradores de Curitiba

Em seu livro Nada Menos que Tudo, o ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot dá razão a uma reclamação antiga do ex-presidente Lula, já negada pelo Supremo Tribunal Federal. No capítulo 15, em que Janot descreve o ex-presidente como “objeto de desejo” da “lava jato”, o ex-PGR confirma que a denúncia feita contra ele pela força-tarefa de procuradores de Curitiba atropelou as apurações tocadas por Brasília e desrespeitou uma decisão do ministro Teori Zavascki.

O capítulo contradiz uma manifestação de Janot ao Supremo sobre o caso. No livro, Janot conta que, em setembro de 2016, logo depois de denunciarem Lula por corrupção e lavagem de dinheiro, um grupo de procuradores liderado por Deltan Dallaganol foi até a PGR para uma reunião com o então procurador-geral. Eles queriam que Janot adiantasse a denúncia referente ao Inquérito 3.989 para salvar o trabalho deles.

O inquérito ficou conhecido como a investigação do “quadrilhão do PT”. A tese ali é de que o PT não é um partido, mas uma organização criminosa que se destina a desviar dinheiro da Petrobras para financiar suas campanhas e se manter no poder. O inquérito foi formalmente

aberto em março de 2015, mas só em abril de 2016 Janot foi concluir que nada da tese faria sentido se Lula também não fosse acusado de integrar a organização criminosa — a tese foi chamada de “cerebrina” pela defesa do ex-presidente, feita pelos advogados Cristiano Zanin Martins, Valeska Teixeira Martins e José Roberto Batochio.

É esse o trecho em que o livro contradiz a atuação institucional de Janot. Numa reclamação de agosto de 2016, a

defesa de Lula informou ao Supremo que a 13ª Vara Federal de Curitiba, então sob o comando de Sergio Moro, havia usurpado a competência do tribunal. O Inquérito 3.989 investigava Lula por organização criminosa e o MPF tocava em Curitiba um inquérito que apurava corrupção passiva e lavagem de dinheiro do ex-presidente. Era o caso do apartamento no Guarujá, litoral norte de São Paulo, pelo qual Lula foi depois condenado.



## HUMILHAÇÃO



Senador comemorou, em seu Twitter, a queda do ex-procurador da República Rodrigo Janot

## Renan Calheiros comemora “a queda” de Rodrigo Janot: “A volta da flecha”

O senador alagoano Renan Calheiros (MDB) comemorou, em seu Twitter, a queda do ex-procurador da República Rodrigo Janot, que após declarações polêmicas, não poderá nem mais advogar. A postagem de Calheiros foi publicada na última quarta-feira, 9. “Janot quis matar um ministro do Supremo Tribunal Federal. Após nosso pedido de suspensão da OAB com exames toxicológico e de sanidade, se antecipou e saiu da advocacia. Não conseguiu a fundação bilionária de Curitiba, não vende seu livreco e agora não pode advogar. É a volta da flecha”, disse.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) já estudava suspender a carteira dele por pelo menos seis meses, depois que Janot revelou ter planejado assassi-

nar o ministro Gilmar Mendes, do STF. Duas representações contra ele já tramitavam no conselho da ordem. Em uma delas, Calheiros dizia que o ex-procurador-geral provoca “asco” e deveria ser impedido de exercer a advocacia. Num adendo, o parlamentar pediu que ele passasse por exame psiquiátrico e toxicológico.

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (PMDB-DF), também apresentou requerimento defendendo que Janot fosse suspenso. No documento enviado à OAB, Janot afirma que foi informado das duas representações e que preferia ficar afastado até que elas fossem julgadas. Disse que, com isso, buscava evitar constrangimentos para a entidade.